

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

DEBORAH SZTAJNBERG

**A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONCEPÇÃO DA OBRA
BIOGRÁFICA: O CASO “ROBERTO CARLOS EM DETALHES”**

RIO DE JANEIRO

2014

DEBORAH SZTAJNBERG

**A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONCEPÇÃO DA OBRA
BIOGRÁFICA: O CASO “ROBERTO CARLOS EM DETALHES”**

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutora em Direito pela
Universidade Estácio de Sá

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Manuel Val

RIO DE JANEIRO

2014



Universidade Estácio de Sá

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A tese

***A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONCEPÇÃO DA OBRA BIOGRÁFICA: O CASO
ROBERTO CARLOS EM DETALHES***

elaborada por

DEBORAH SZTAJNBERG

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM DIREITO

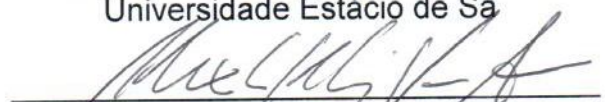
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2014.

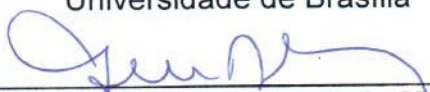
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Manuel Val – Presidente
Universidade Estácio de Sá


Prof. Dr. Nilton Cesar Flores
Universidade Estácio de Sá


Prof. Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho
Universidade Estácio de Sá


Prof. Dr. Alexandre Kehrig Veronese Aguiar
Universidade de Brasília


Prof. Dr. Guilherme Pena de Moraes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento é como a travessia de Moisés no Mar Morto. pós as dificuldades do percurso, a redenção. Jamais esta lista estará completa sem atentar contra a pouca memória que nos resta, após tão exaustivo trabalho de pesquisa. Sendo assim, deixo aqui uma singela menção às pessoas sem as quais sequer eu teria me aventurado em tão turbulenta viagem. São elas: meus pais, que dispensam maiores justificativas; minha tia querida Rachel Reich, que me ensinou a perseverar mesmo nas condições mais adversas; minha madrinha tia Miriam e a Tita, que cuidam de mim desde o dia que nasci até hoje; minha tia Sarinha que cuidou do português (quaisquer erros aqui constantes devem ser creditados a minha pessoa); Dra. Elida Séguin e ao Dr. Jacksohn Grossman, que forneceram material imprescindível sobre a perseguição através dos tempos, independentemente de qualquer biografia; Desembargador Luis Gustavo Grandinetti, que sempre acreditou em mim; Prof. Dr. Eduardo Manuel Val, pela garra que me foi transmitida e que tão necessária se fez nesta reta final; e por fim, ao meu exército de salvação pessoal: Maria Lucia Seidl, Mariza Campos da Paz, Edna Soter, Susana Balan, Natacha e Paula Pravaz, Monica Mora, Luciana Garbayo, David Somberg e família, Luiz Andre Steinberg e família, Karen e Daniel Sztajnberg, Tomas Liebel e Teresa Sztajnberg.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I – O CASO CONCRETO: SINOPSE DO LIVRO E ANÁLISE DO PROCESSO	13
1.1 O tema do livro: “Roberto Carlos em Detalhes” e a metodologia de estudo de caso	13
1.1.1 A primeira verdade factual: o acidente ferroviário	19
1.1.2 A segunda verdade factual: a adulteração do texto original para comoção do júízo na seara criminal	27
1.1.3 Ilegal, imoral ou engorda – Roberto Carlos e a Transgressão	30
1.1.4 A terceira verdade factual: A Sexualidade proibida	31
1.1.5 Compositores, plágio e histórico processual beligerante	32
1.1.6 Amante à moda antiga – o galanteador	35
1.1.7 A Fé move Montanhas (e a censura também)	36
1.2 O processo criminal	38
1.3 O processo cível	42
2. Notícias do Direito Estrangeiro: O parâmetro anglo-saxão	

e argentino como antítese	49
Capítulo II – DISCUTINDO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA DIVERSIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E JURISPRUDENCIAIS	71
2.1 As principais correntes sobre o tema: um mergulho raso no direito comparado	83
2.2 A liberdade de expressão e a mentira	94
2.3 A liberdade de expressão em conflito com os direitos de personalidade	102
2.4 A liberdade de expressão e o discurso do ódio	108
Capítulo III – A DELIMITAÇÃO DO DIREITO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ÂMBITO DAS BIOGRAFIAS	124
CONCLUSÃO	148
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXO – Cópia dos autos	171
Anexo I – Sentença de 1º Grau	171
Anexo II – Voto Vencido do Desembargador José Habib	174

RESUMO

No Brasil, o Estado Democrático de Direito é muito recente (1988) e por isso, o exercício das liberdades e garantias fundamentais é frequentemente assaltado por resquícios de governos totalitários e das diversas ditaduras que o povo brasileiro foi submetido. Um forte exemplo disso foi no ano de 2007, Roberto Carlos, notório cantor, obteve decisão favorável à cassação de sua biografia escrita pelo historiador e jornalista Paulo Cesar de Araújo. Tanto a repercussão quanto o ato em si, deflagraram uma nova indústria e a subsequente discussão sobre o fato: a censura judicial das biografias. O tema cada vez mais repercute e conta com o Projeto de Lei nº393/2011, em tramitação no Congresso Nacional, e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (4815) no Supremo Tribunal Federal. Tornou-se necessário o estudo mais aprofundado das decisões sobre o tema, além da doutrina e jurisprudência, ressaltando inclusive aquelas que não especificamente tratam de biografias, mas também do direito à privacidade. Os limites entre a censura, o discurso do ódio e a liberdade de expressão também são abordados neste estudo, finalizando com o embate entre os lados opostos conforme se aproximam do julgamento da ADIN 4815 e a dúvida sobre a tramitação do Projeto de Lei 393/2011 ainda nessa legislatura.

Palavras-chaves: liberdade de expressão, biografias, censura, direito à intimidade, direito à privacidade, discurso do ódio, direitos da personalidade.

ABSTRACT

In Brazil the democratic rule of law is very recent (1988), so even the exercise of constitutional guarantees are often assaulted by remnants of totalitarian governments and dictatorships which Brazilian people were submitted. An example of that matter was when in 2007, Roberto Carlos, notorious singer, obtained a favorable decision to the apprehension of his biography written by journalist and historian Paulo Cesar de Araújo. Both the impact and the act itself sparked a new industry and strong discussion: the judicial censorship of biographies, topic that increasingly resonates, having also a Bill (393/2011) in process and a lawsuit (ADIN 4815) in the Supreme Court filed by book editors. It became necessary to further study the decisions on the subject, as well as doctrine and jurisprudence, highlighting those not specifically about biographies but also the right of privacy. The boundaries between censorship, hate speech and freedom of expression are also addressed in this study completed with possible solutions as both issues approach: the case before the Supreme Court and the Bill before Congress.

Key-words: freedom of expression, biographies, censorship, right to privacy, hate speech, personal rights.

RESUMEN

En Brasil, el Estado democrático de derecho es muy reciente (1988) , por lo que incluso el ejercicio de las libertades y garantías es a menudo atacado por los restos de los gobiernos totalitarios y dictaduras que se sometió a varias personas brasileñas. Un buen ejemplo de esto fue cuando en el año 2007, Roberto Carlos, el cantante famoso obteniendo sentencia favorable en la pérdida de su escrito por el historiador y periodista Paulo Cesar de Araujo biografía. Tanto que se pasa como el acto en sí , provocó una nueva industria y la posterior discusión de la realidad: la censura judicial de biografías, un tema que resuena cada vez más, que tiene también un proyecto de ley (393/2011) en el Congreso Nacional y una Acción de Inconstitucionalidad directa (4815) en el Tribunal Supremo. Surgió la necesidad de estudiar más a fondo las decisiones sobre el tema , más allá de la doctrina y la jurisprudencia, enfatizando incluidos los que no se refiere específicamente a biografías, sino también el derecho a la intimidad. Los límites entre la censura, el discurso del odio y de la libertad de expresión también se abordan en este estudio que termina con el enfrentamiento que tuvo lugar entre los bandos opuestos cuando se acercan al juicio de ADIN 4815 y duda sobre el curso del proyecto de ley 393/2011 todavía en el poder legislativo.

Palabras clave: libertad de expresión, biografías, la censura, el derecho a la intimidad, derecho a la privacidad, la incitación al odio, los derechos personales.